

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

## DESAFIOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SEUS EFEITOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Jean Carlo Martins<sup>1</sup>

Odaír Neitzel<sup>2</sup>

Eixo temático: **3. Trabalho docente e formação de professores:** Estudos relacionados às condições do trabalho docente e à formação inicial e continuada de professores.

Nos últimos anos, o Movimento Escola Sem Partido (ESP) tem sido um tema central nas discussões sobre educação no Brasil (Santos Júnior, Pinheiro e Sousa, 2023; Macedo e Alvarenga, 2022). Este movimento surgiu como uma reação contra o que seus proponentes consideram uma suposta ideologia marxista nas escolas, buscando implementar um conjunto de medidas para neutralizar a influência política dos professores (Hermida e Lira, 2020). O ESP propõe a proibição de "doutrinação" política e ideológica nas salas de aula, defendendo uma abordagem conservadora e neutra no processo educativo (Picoli, Caregnato e Guimarães, 2022). As propostas do movimento têm gerado um intenso debate sobre as implicações para a liberdade acadêmica, a prática pedagógica e a formação crítica dos alunos (Dreher Heuser, 2017; Gomes Júnior, 2020).

Este resumo expandido tem como objetivo analisar de forma crítica o Movimento Escola Sem Partido e suas implicações para a educação democrática no Brasil. O objetivo principal é investigar como o ESP se posiciona no cenário educacional atual, suas bases ideológicas e políticas, e seu impacto na prática docente e na formação dos estudantes. Além

<sup>1</sup> Bacharelado em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó. Lattes 4523732440369334. Email: [jean.martins@unochapeco.edu.br](mailto:jean.martins@unochapeco.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2018) e Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUI (2009). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora da Imaculada Conceição (2003). Docente na UFFS nos cursos de Filosofia e Pedagogia e no PPGE e PPGFIL. Líder do GPEFS e membro de várias associações acadêmicas. Pesquisa Filosofia da Educação e Pós-críticos. E-mail: [odair.neitzel@uffs.edu.br](mailto:odair.neitzel@uffs.edu.br).

**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

disso, será abordado o impacto do movimento nas políticas educacionais e as alternativas pedagógicas que buscam promover uma educação mais inclusiva e plural.

Especificamente, o trabalho pretende analisar os fundamentos ideológicos e políticos do ESP para compreender como o movimento se alinha com o conservadorismo e o neoliberalismo e como isso influencia suas propostas para a educação. Também busca investigar o impacto do ESP nas práticas pedagógicas, avaliando como a implementação das propostas do movimento afeta a liberdade de cátedra dos professores e a formação crítica dos alunos. Além disso, o trabalho explorará alternativas pedagógicas, identificando propostas e práticas educacionais que ofereçam uma visão mais democrática e inclusiva em contraste com as propostas do ESP. Finalmente, serão refletidas as implicações sociais e políticas do ESP para a educação e a sociedade brasileira, considerando as perspectivas dos professores e processos de subjetivação que emaranham o tema.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e análise documental. O trabalho inclui uma revisão extensiva da literatura existente sobre o Movimento Escola Sem Partido, com foco em artigos acadêmicos, estudos de caso e publicações relevantes. A metodologia envolve a revisão detalhada dos artigos e resumos sobre o ESP, abordando suas bases teóricas, propostas e críticas. Os resultados da análise serão discutidos em relação às implicações para a prática pedagógica e a educação democrática, considerando os resultados obtidos pelos artigos investigados. Desta forma este trabalho busca oferecer uma visão crítica e fundamentada sobre o Movimento Escola Sem Partido e suas implicações para a educação no Brasil, contribuindo para o debate sobre o futuro da educação e as implicações na formação de professores.

O Movimento Escola Sem Partido é fundamentado em uma visão conservadora da educação, que se opõe à presença de ideologias políticas nas escolas (Santos Júnior, Pinheiro e Sousa, 2023; Macedo e Alvarenga, 2022). Seus proponentes argumentam que a presença de doutrinação política e ideológica compromete a neutralidade da educação e a liberdade dos pais em orientar a formação moral de seus filhos (Hermida e Lira, 2020). No entanto, essa perspectiva tem sido amplamente criticada por estudiosos e profissionais da educação, que



**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

apontam diversas inconsistências teórico-pedagógicas nas propostas do ESP (Picoli, Caregnato e Guimarães, 2022; Damke, Neves e Melo, 2020).

De acordo com Santos Júnior, Pinheiro e Sousa (2023), as propostas do ESP são vistas como autoritárias e antidemocráticas, o que contrasta com os princípios de uma educação democrática e inclusiva. Os autores argumentam que o movimento promove uma visão pedagógica que beira o totalitarismo, ao tentar eliminar a diversidade ideológica e cultural das salas de aula. Em contraste, alternativas pedagógicas como a proposta crítico-social dos conteúdos de Libâneo (2014) e a histórico-crítica de Saviani (2008) são apresentadas como opções que promovem uma educação mais democrática e inclusiva, respeitando a pluralidade de ideias e a autonomia docente.

O ESP funciona como um partido político conservador, organizando e dando voz a setores do conservadorismo reacionário (Hermida e Lira, 2020). O artigo de Macedo e Alvarenga (2022) oferece uma análise baseada na teoria de Antonio Gramsci, argumentando que, apesar da alegação de neutralidade, o movimento adota uma postura política clara, alinhada com ideologias conservadoras e neoliberais, o que limita o entendimento sobre sua real função na educação. A abordagem gramsciana permite compreender como o ESP articula suas propostas e como essas propostas estão conectadas com interesses políticos e ideológicos mais amplos.

O ESP também contribui para a formação de um perfil de estudante que aceita passivamente um conhecimento previamente determinado, o que vai contra os princípios de uma educação crítica e transformadora. Neste sentido, destaca-se a relação entre o movimento e um projeto educacional que busca manter a hegemonia e promover um conhecimento descontextualizado e acrítico (Damke, Neves e Melo, 2020). Hermida e Lira (2020) argumentam que o ESP é parte de uma estratégia mais ampla dos setores políticos de extrema direita para desestabilizar a democracia liberal e promover uma formação de cidadãos submissos à lógica das classes dominantes. Essa perspectiva critica a influência do neoliberalismo e do fundamentalismo religioso na educação, sugerindo que o ESP visa reforçar ideologias conservadoras e dismantlar os princípios democráticos da educação.



## IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

A crítica ao papel da educação e dos professores é abordada por Heuser (2017), que questiona o papel da educação em uma sociedade democrática e a função da escola e do professor dentro desse contexto. Utilizando o pensamento de Hannah Arendt, a autora argumenta que a educação deve ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento crítico, e não um campo de batalhas políticas. Heuser defende que a proposta do ESP ignora a importância da educação para o desenvolvimento cultural e civilizatório, limitando a formação crítica dos alunos e a autonomia dos professores.

Não obstante, a análise de Gomes Júnior (2020) destaca que o projeto de lei proposto pelo movimento é considerado antidemocrático e violador da liberdade de cátedra dos professores. A obra revisita discussões sobre LGBTfobia, intolerância religiosa e questões étnico-raciais, argumentando que o ESP promove uma educação que enfraquece a democracia e a inclusão social, e que os discursos do movimento muitas vezes refletem uma agenda conservadora e excludente.

A relação entre gênero, sexualidade e a proposta do ESP é discutida por Souza (2018), que analisa como o movimento tem influenciado a discussão sobre a identidade de gênero e a sexualidade nas escolas. A autora critica as tentativas de censura e exclusão de temas relacionados à diversidade, destacando que o ESP promove uma visão limitada e conservadora da educação, que pode prejudicar a formação crítica e o respeito à pluralidade de identidades.

Finalmente, Picoli, Caregnato e Guimarães (2022) refletem sobre a autoridade, obediência e disciplina no contexto do ESP e do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM). Os autores argumentam que as propostas do ESP e do PECIM colocam em risco a democracia ao promover uma visão rígida e autoritária da educação, que limita a liberdade pedagógica e a formação crítica dos alunos. A reflexão sobre a noção de autoridade na educação sugere que a abordagem do ESP pode enfraquecer os princípios democráticos e promover uma visão de educação que se afasta dos valores de uma sociedade inclusiva e participativa.

Essas discussões revelam a complexidade do impacto do ESP na educação, evidenciando uma ampla gama de efeitos negativos sobre a autonomia docente, a diversidade

**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

pedagógica e a formação crítica dos alunos. A análise sugere que o ESP, longe de promover uma educação neutra e imparcial, atua como uma ferramenta para implementar uma agenda ideológica restritiva que ameaça os fundamentos da educação democrática e plural.

A análise dos artigos revisados oferece uma compreensão profunda dos impactos do Movimento Escola Sem Partido (ESP) e suas implicações para a educação brasileira. A partir das discussões apresentadas, é possível concluir que o ESP representa uma ameaça significativa à educação democrática e à liberdade acadêmica. O movimento, ao se apresentar como uma proposta de neutralidade, na prática promove uma agenda conservadora e ideológica que limita a diversidade de ideias e a autonomia pedagógica dos professores.

Os resultados dos estudos confirmam que o ESP busca estabelecer um controle rígido sobre o ambiente escolar, impondo uma visão autoritária e restritiva da educação que contrasta com os princípios fundamentais de liberdade, pluralidade e crítica. Freitas Santos Júnior et al. (2023) e Macedo e Alvarenga (2022) destacam que o movimento se alinha com o conservadorismo reacionário e o neoliberalismo, propondo alternativas educacionais que visam manter a hegemonia e o status quo social. Da mesma forma, Damke et al. (2020) e Hermida e Lira (2020) evidenciam como o ESP utiliza a educação como uma ferramenta para a manutenção do poder político e econômico, desconsiderando os princípios de uma educação crítica e transformadora.

Além disso, a análise de Souza (2018) e Paulino (2018) sublinha a maneira como o ESP desrespeita os direitos fundamentais garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prejudicando a inclusão e a liberdade de expressão dentro das salas de aula. A proposta do movimento de restringir o ensino a uma visão ideológica única compromete a formação integral dos alunos e a qualidade da educação oferecida.

A crítica à concepção de autoridade e disciplina promovida pelo ESP, conforme discutido por Picoli (2022), revela que o movimento impõe uma estrutura que limita a liberdade acadêmica e a autonomia dos professores, comprometendo a essência democrática da educação. A análise das narrativas dos docentes feitas por Sandrini et al. (2018) reforça a percepção de

**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

que o ESP ignora a diversidade e a complexidade das questões educacionais, apresentando um modelo educacional que pode levar ao sectarismo e ao fanatismo.

Em síntese, os estudos analisados confirmam que o Movimento Escola Sem Partido não só representa uma ameaça à liberdade de cátedra e ao pluralismo educativo (Santos Júnior, Pinheiro e Sousa, 2023; Macedo e Alvarenga, 2022), mas também reflete uma tentativa de manipular a educação para servir a interesses políticos e ideológicos específicos do espectro político mais pendente a ideias de extrema direita (Hermida e Lira, 2020; Souza, 2018). A imposição de uma visão única e autoritária sobre o ensino compromete os princípios democráticos e a qualidade da educação (Picoli, Caregnato e Guimarães, 2022), evidenciando a necessidade urgente de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais e a defesa dos direitos e das liberdades fundamentais no ambiente escolar. É crucial que os profissionais da educação, a sociedade e os formuladores de políticas trabalhem juntos para garantir que a educação continue a ser um espaço de liberdade, diversidade e transformação social, em conformidade com os princípios democráticos e os direitos humanos (Damke, Neves e Melo, 2020).

**Palavras-chave:** escola sem partido, formação de professores, educação, ideologia.

## REFERÊNCIAS

DAMKE, A. S.; NEVES, M. C. D. .; MELO, M. G. de A. Revisiting studies similar to the Nonpartisan School Project: A portfolio based on Methodi Ordinatio Methodology. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e6019119942, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.9942. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9942>. Acesso em: 29 aug. 2024.

GOMES JÚNIOR, Cleonildo Mota. A ideologia do movimento Escola Sem Partido. **EDUCA – Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, p. 619-626, jan./dez. 2020.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola sem partido. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-32, jan./dez. 2020.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

HEUSER, Ester Maria Dreher. Em tempos de Escola Sem Partido, perguntamo-nos: qual a função da educação em uma sociedade? O que cabe à escola e ao professor? ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 19, n. esp, p. 206-216, jan./mar. 2017.

MACEDO, Handerson Fábio Fernandes; ALVARENGA, Marcia Soares de. O “Movimento Escola Sem Partido” como partido: uma análise a partir de Gramsci. *Práxis e Hegemonia Popular*, Marília, SP, v. 7, n. 11, p. 140-156, dez. 2022.

PAULINO, Carla Viviane. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do “professor doutrinador” e o projeto “Escola Sem Partido”. *Educere Et Educare*, v. 13, n. 28, p. 79-95, maio/ago. 2018. DOI: 10.17648/educare.v13i28.18731.

PICOLI, Bruno Antonio; CAREGNATO, Milena; GUIMARÃES, Roberta. Autoridade, obediência e disciplina na educação: reflexões sobre o discurso do Movimento Escola Sem Partido e dos apoiadores da militarização escolar. *Educação*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-18, jan. 2022.

SANDRINI, Laura Eduarda de Oliveira Paula; ANJOS, Daniela Dias dos; AGOSTINI, Nilo. O movimento escola sem partido em questão: narrativas docentes. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 60, p. 1-15, e15784, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n60.15784>.

SANTOS JÚNIOR, F. J. F.; PINHEIRO, F. F. de A.; SOUSA, J. S. de. “Escola sem Partido” e alternativas para uma escola democrática no Brasil. *HISTEDBR* On-line, Campinas, SP, v. 23, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8668320>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SOUZA, Ana Paula Hilgert de. Relações de gênero e educação: crítica aos projetos de lei “Escola Sem Partido”. *História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 204-224, 2018.

